

A MÁQUINA, A MODERNIZAÇÃO E A EXCLUSÃO: REFLEXÕES SOBRE A VIABILIZAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO OESTE DO PARANÁ (1960-1980)*

Marli Terezinha Szumilo Schlosser**

RESUMO: Estudo da dinâmica promovida pelo governo, através da ACARPA/EMATER na distribuição dos créditos agrícolas no município de Marechal Cândido Rondon - Paraná. No quadro da análise, incorporou-se documentos produzidos pela Instituição (ACARPA/EMATER) e discursos jornalísticos. O objetivo deste artigo é estabelecer reflexões sobre a modalidade discursiva das metodologias aplicadas junto ao público rural, a partir das interferências dos extensionistas, divulgada *in loco*, ou via rádio. Observou-se também, os vínculos da ação das Unidades de Observação e o seu desempenho técnico nos projetos de Extensão Rural, com desdobramentos significativos no processo de modernização agrícola.

PALAVRAS-CHAVE: Distribuição dos créditos, Modernização agrícola, Discurso, ACARPA/EMATER, Unidades de Observação.

ABSTRACTS: The study of the dynamics promoted by the government, through ACARPA/EMATER in the distribution of the agricultural credits in the municipal district of Marechal Cândido Rondon - Paraná. So what concerns to the analysis, it was incorporated documents produced by the Institution (ACARPA/EMATER) as well as journalistic speeches. The objective of this article is to establish reflections about the discursive modality of the applied methodologies the rural public, starting from the interferences of the extension agents, published in loco, or

* Esta é uma versão que com pequenas modificações integra uma parte do segundo capítulo da dissertação de mestrado da autora, intitulada: "Nas Ondas do Rádio: a viabilização da Modernização Agrícola no Oeste do Paraná (1960-1980)", desenvolvida junto Programa de Mestrado em Geografia da UEM, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior.

** Professora do Curso de Geografia da UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon. Mestre em Geografia com concentração na Análise Regional e Ambiental-UEM/PR. Doutoranda em Geografia com concentração no desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental UNESP/SP. Integrante do Grupo de Pesquisa "Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGcT).

through radio. It was also observed the links of the action of the Units of Observation and their technical performance in the projects of Rural Extension, with significant unfoldings in the process of agricultural modernization.

KEYWORDS: Distribution of the credits, agricultural modernization, speech, ACARPA/EMATER, Units of Observation

Apresentação

O presente artigo tem por objetivo apresentar um breve resgate histórico do processo de atuação do governo, através da ACARPA/EMATER na distribuição dos créditos agrícolas desenvolvida no município de Marechal Cândido Rondon, tendo como recorte cronológico o período de 1960 a 1980. Com o avanço do projeto “desenvolvimentista” e a sistematização da colonização planejada, as ações desta ocupação não pouparam a natureza. A modernização da agricultura provocou expressivas modificações na organização do espaço oesteño.

A decisão por este objeto de pesquisa, contemplando a modernização da agricultura, surgiu, portanto, após as leituras e tarefas realizadas junto ao projeto de mestrado: *Modernização Agrícola: Um Estudo dos Discursos Jornalísticos na Região Oeste do Paraná*, sendo que uma das atividades desenvolvidas foi a pesquisa efetuada junto à *Rádio Difusora do Paraná* de Marechal Cândido Rondon. Esta atividade possibilitou o acesso a um número significativo de fontes jornalísticas sobre a modernização e também sobre outros temas. A Rádio deu início às transmissões a partir de 1966 e, desde que entrou em funcionamento, tem seus programas jornalísticos arquivados, o que permitiu uma análise, a partir destas fontes primárias. Todo esse material jornalístico sustentou a elaboração da dissertação de mestrado, intitulada: “Nas Ondas do Rádio: a viabilização da Modernização Agrícola no Oeste do Paraná (1960-1980)”.

Com tal abordagem, estudou-se as manifestações discursivas considerando o poder da imprensa e o projeto desenvolvimentista do período. Portanto, foram enfocadas questões que tratam da rádio enquanto agente atuante e capaz de produzir e reproduzir manifestações discursivas que facilitaram a transformação do cotidiano agrícola. Como as fontes norteadoras do trabalho foram as programações jornalísticas da Rádio Difusora — em especial a programação do jornal *Frente Ampla de Notícias* — foi necessário realizar uma investigação de base metodológica para

poder captar a dinâmica discursiva dessas fontes. O poder da mensagem de caráter ideológico foi um dos aspectos abordados para decodificar as mensagens portadoras de interesses governamentais na estruturação da tecnificação e modernização da agricultura rondonense.

Ao problematizar a tecnificação no campo, foram estudadas as transformações técnicas, em especial os modos de produzir e trabalhar a terra. O estímulo dado pelo governo brasileiro, vinculado a ações externas, sugeriu necessidades políticas, econômicas e sociais que transformavam a mentalidade do agricultor.

No contexto dos efeitos da especialização na degradação sócio-ambiental; procurou-se mostrar que a produção das exclusões ocorreu principalmente por meio da incorporação de máquinas agrícolas. A atuação das cooperativas contribuiu decisivamente para a implantação do modelo de produção tecnificada e as oscilações dos preços pagos pelos produtos aceleraram o processo que culminou na escassez de políticas concretas para a agricultura. Por conseguinte, o incentivo à adoção de insumos e os reflexos da tecnificação afetaram os recursos naturais. As mudanças são ocorrências seguidas da dinâmica entre campo e cidade presente no contexto da estruturação do modelo seletivo.

As cordenadas discursivas promoveram ações transformadoras no modo de viver da população rural do município. Buscou-se sinalizar para a idéia de que os laços culturais foram recriados e o lazer foi transformado através da incorporação de elementos externos, de interesse do capital, e as festividades foram investidas de sentidos diversos.

Nesta análise, o fenômeno da inclusão e exclusão, mereceu destaque no processo seletivo da tecnificação, entendido como fenômeno, dividido em duas fases: num primeiro momento, atingiu os agricultores por meio da inclusão e, após efetivar o modelo, atendendo em parte aos anseios capitalistas, excluiu grande número de agricultores, subtraindo as causas reais da exclusão e redirecionando o grupo excedente para outras fronteiras ou para as cidades.

Contudo, mereceu destaque, a preocupação de recuperar rapidamente o contexto da análise produzida na dissertação, assim sendo, este artigo (na seqüência) contempla um recorte do trabalho referenciado.

A implantação, consolidação do capital industrial e as atividades agroindustriais podem ser observadas em Marechal Cândido Rondon, a partir do registro da compra das primeiras colheitadeiras, adquiridas por intermédio da Secretaria Estadual de Agricultura.

Os novos arranjos fortemente marcados pelos discursos

jornalísticos, confirmavam a idéia da consolidação e da modernização na região. As sementes dos discursos apareceram com a presença de uma colheitadeira, com a qual a colheita era feita automaticamente. Intensificou-se a propagação acerca do novo maquinário: “é uma grande máquina que virá juntar-se ao exército da produção no nosso município, incentivando e impulsionando a moto-mecanização de nossa agricultura” (FRENTE, 1969). Para assegurar a incorporação destas máquinas no campo, foram mencionados os nomes de agricultores renomados na comunidade (Emílio Pedde e Egon Waldow), atribuindo-lhes o papel de “soldados” preocupados com o “progresso”. Tal recurso argumentativo apareceu, então, como forma de incentivar e assegurar as vendas para os demais agricultores. Os benefícios da colheitadeira foram estrategicamente propagados pelo rádio.

A máquina foi exposta para a apreciação do público próximo ao terminal rodoviário do município, caminho obrigatório dos agricultores que não possuíam carro e dependiam de ônibus. A escolha do local para a exposição se deu pelo fato de que, o terminal rodoviário, era local central e conhecido por todos. Além de todos os benefícios proporcionados pela colheitadeira, eram mencionadas nos discursos as facilidades financeiras oferecidas pelo Ministério da Agricultura, com pagamentos que poderiam ser efetuados em até seis anos. Além da sugestão da tradicional união entre agricultores para selar a compra.

Estiveram na manhã de hoje em nossa redação os senhores Emílio Pedde e Egon Waldow, que trouxeram uma bela notícia. A mecanização da lavoura está de vento em popa em toda a região. Chegou na manhã de hoje até esta cidade, tendo estado exposta ao lado da rodoviária, uma moto-ceifadeira, que faz todo o trabalho automático na colheita. É de marca UNIVERDAL, fabricada na Iugoslávia, equipada com motor Pérkins, de 80 hps de força, pesando acima de cinco toneladas. É uma grande máquina que virá juntar-se ao exercito da produção no nosso município, incentivando e impulsionando a moto-mecanização de nossa agricultura. Parabéns aos empreendedores, srs. Emilio Pedde e Egon Waldow que entram com o pé direito na grande luta pelo progresso. A máquina é financiada pelo Ministério da Agricultura, com prazo de seis anos para pagamento. É mais um fruto da união entre agricultores, quando vemos que dois vizinhos se uniram e realizaram este belo empreendimento. Parabéns mais uma vez... Este é um exemplo a ser seguido (MECANIZAÇÃO, 1969).

A estratégia destes discursos era fazer com que os trabalhadores passassem a desejar a mudança técnica sob o argumento do progresso regional. Assim,

Um trator ou colheitadeira dispensa o trabalho de vários homens e permite maior controle das tarefas. Desse modo, viabiliza a manutenção ou aumento da área trabalhada sem aumentar os custos variáveis com mão-de-obra, porque, apesar dessas máquinas terem preços elevados, foram artificialmente barateadas devido à reduzida taxa de juros e pagamento a longuíssimo prazo do crédito para investimentos (FLEISCHFRESSER, 1988:31).

A entrada facilitada de colheitadeiras, para a colheita de arroz, trigo e soja no Paraná, recebeu toda a atenção proveniente do governo federal, por intermédio do Ministro da Agricultura que atuou junto à importação de máquinas de origem polonesa da marca Vístula. Já o pagamento dessas máquinas, apresentava facilidades elásticas, com o prazo de seis anos para o pagamento. O pagamento inicial exigia uma quantia de dez por cento do valor da máquina. A compra poderia ser realizada mediante uma correspondência destinada à capital, especificando o tipo de máquinas e deixando registrado o mês em que a colheitadeira deveria estar na propriedade. Caso o agricultor tivesse dúvidas, poderia obter mais detalhes na prefeitura. Assim, caracterizou-se uma atuação política conjunta, envolvendo os níveis municipal e federal.

O governo federal, pelo Ministério da Agricultura, vai importar quatrocentas colheitadeiras combinadas, para arroz, trigo e soja. Essas máquinas são de origem polonesa da Marca Vístula com motor diesel 6 cilindros de 65 hps. O preço é de 40 mil cruzeiros, com prazo de 6 anos e juros de 6 por cento ao ano. O pagamento inicial será de 10 por cento sobre o valor da máquina. Os interessados deverão inscrever-se junto ao Grupo Executivo de Engenharia, à Alameda Dr. Murici, 542, décimo primeiro andar em Curitiba, enviando nome e endereço, área de cultura principal e época provável em que o interessado deseja receber a máquina (COLHETADEIRAS, 1970).

Com a chegada das máquinas, inaugurou-se um novo ciclo, no qual prevaleceram as relações entre agricultura e indústria:

O processo de modernização agrícola implementado no Brasil, no início dos anos 60, e o aumento do grau de internacionalização da economia

brasileira trouxeram a consolidação do que se convencionou chamar de complexo agroindustrial, por compreender um conjunto de atividades interligadas e estender o domínio do capital industrial sobre um maior número de atividades do setor agropecuário, que passaram a manter extremo vínculo com a indústria (RIZZI, 1984:201).

O agricultor F¹ comentou a respeito das facilidades para adquirir seus maquinários, pois os juros com taxas minimizadas eram facilitadores: “Naquela época era mais fácil, era juro [...] barato. A gente já sabia quanto precisava pra pagá. Por exemplo, máquina. Compro trator, então aí depois colheitadeira” (F, 05 mar. 1996). A tecnificação no campo indicou situações novas.

As propagandas eram intensas para a utilização de máquinas e a substituição do trabalho braçal, e as promessas milagrosas eram sustentadas na praticidade da execução das atividades agrícolas.

Durante muito tempo tem-se feito propaganda e aconselhado a utilização de máquinas como substituta de braços na faina agrícola. Esquecem-se os propugnantes desta forma de progresso que se essas máquinas apresentam grandes benefícios, tornando mais rápida a preparação dos terrenos para plantio e colheita, provocam, em contrapartida, o desemprego (ANDRADE, 1979:62).

A avalanche de propagandas sobre colheitadeira e trator cria um imaginário simbólico de proporções expressivas, de tal maneira que os agricultores dispensam qualquer benfeitoria, mas não dispensam o trator. Isto se deve ao fato de que “a posse do trator representa um importante símbolo de ‘status’, pois os agricultores sofreram, no período da modernização, uma carga maciça de propaganda sobre o benefício das

¹ Para a análise das fontes, adotamos nomes fictícios para os entrevistados, sendo que tal estratégia foi motivada pelo fato das entrevistas não estarem acompanhadas de um Termo de Doação e Cessão de Uso de Documentos Históricos. Este termo de cessão vem a ser a permissão por escrito e assinada pelo entrevistado para que seu depoimento possa vir a ser usado pelos pesquisadores e pelo público em geral. Portanto, achamos que este documento nos daria uma maior segurança para mencionar os verdadeiros nomes de nossos entrevistados. Na falta deste e, buscando precaver-nos de possíveis inconvenientes futuros, de caráter ético ou mesmo jurídico, optamos pela estratégia de usar os nomes fictícios. Além disso, o texto procura manter fidelidade aos registros orais através da manutenção da linguagem utilizada pelos entrevistados. Sendo assim, optamos por integrar ao trabalho aquelas características próprias do bilingüismo existente nesta comunidade, composta principalmente por descendentes germânicos.

máquinas e dos insumos modernos” (PAULILO, 1990:83). Foi através da educação e da doutrinação disseminada que o modelo da modernização se consolidou.

AÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS

Em documento da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná – ACARPA (1976), intitulado “Metodologia Complexa”, os ensaios de observação representavam uma unidade com métodos, em estágios de teste. Por isso, eram desconhecidos do público, pois, caso uma metodologia não atingisse os objetivos almejados, poderia ocorrer uma interpretação negativa por parte dos agricultores, causando, assim, desconfiança com relação ao projeto. Para manter a credibilidade junto ao agricultor e a ação do extensionista local, eram tomados todos os cuidados necessários. A seleção das informações era cuidadosa. Quando os resultados eram satisfatórios e a tecnologia gerava os “frutos esperados”, ocorria de imediato a instalação na propriedade agrícola de uma Unidade de Demonstração, destacando os resultados obtidos. “Apesar de terem um cunho mais experimental, os ensaios apresentam grande valor educativo quando os resultados são os esperados. Serão provas potenciais para a implantação da nova tecnologia” (ACARPA, 1976:2). Já, nas Estações Experimentais, os objetivos correspondiam à pesquisa de novas tecnologias.

Nas Unidades de Observação, o método educativo foi executado, a partir da Assistência Técnica e Extensão Rural. Empiricamente, foram testadas sementes e técnicas para atividades agrícola e pecuária. No entanto, uma variedade de trigo que se desenvolve em solo com alumínio tóxico, foi testada na Unidade de Observação. Uma vez atendidas as expectativas, passava-se da Unidade para as propriedades agrícolas. A instalação de uma Unidade de Observação não requeria a colaboração de um agricultor experiente, porém, era necessário o “interesse do agricultor em progredir” e, principalmente, interessar-se pela nova tecnologia. O agricultor deveria desconsiderar os resultados negativos, que não deveriam ser usados em desavenças pessoais e na comunidade, tanto que, era proibida a presença de público. Justificava-se esta proibição, dizendo tratar-se, apenas, de um teste. Já, se os resultados fossem positivos, entravam em cena a Unidade Demonstrativa e o astro principal: a nova tecnologia.

NO AR: O PLANO DA ACARPA

Recorrente nos programas jornalísticos eram as falas voltadas ao Plano Anual de Trabalho do Escritório Local da ACARPA. O cruzamento destas informações com documentos sistematizados pela própria ACARPA e os planos, deveriam eleger os melhores tipos de culturas, bem como o número de Unidades de Observação necessário para mapear a Assistência Técnica junto às propriedades rurais. Em síntese, a escolha do cooperado e da propriedade e a efetiva instalação da Unidade de Observação.

Os critérios de escolha do cooperado exigiam “domínio” da leitura e da escrita para executar anotações relacionadas à demonstração das diferentes etapas transcorridas na unidade pelo cooperado; isso tudo sob o olhar atento do orientador. O agricultor deveria ficar “atento” às orientações do extensionista. Outro quesito era a escolha de um agricultor representativo junto à sua comunidade para divulgar os informes aos demais agricultores.

Eram consideradas também pelo extensionista, na escolha do agricultor, as condições e a certeza da adoção das tecnologias viáveis, sendo que o mesmo deveria ser o proprietário da terra. Além do reforço por parte do extensionista quanto aos objetivos da Unidade de Observação e a responsabilidade assumida pelo cooperado, a localização da propriedade onde seria instalada a Unidade de Observação deveria ser uma região geograficamente acessível ao extensionista e ao cooperado, facilitando, dessa forma, a demarcação e as observações. O trabalho do extensionista, como o do cooperado, era registrado em fichas específicas. Uma vez comprovada a viabilidade da tecnologia na região, ocorria a Demonstração dos Resultados, a introdução do milho híbrido e a comparação com as sementes de milho comum. Logo, o agricultor recebia orientações para a adoção de sementes melhoradas, o combate às pragas e as formas para plantar, aperfeiçoando os espaçamentos e a adubação.

A eleição de um método, como a Demonstração de Resultados, não deve se processar de maneira mecânica ou simplesmente para ‘ter uma DR no município’, mas sim, ver na mesma uma maneira de conduzir as populações do meio a mudanças ou aquisição de novos hábitos que se deseja. (ACARPA, 1976:11).

Com o Plano Anual de Trabalho do Escritório Local sistematizado, e a Demonstração de Resultados com seu método acertado para a

introdução de determinada prática, cabia ao extensionista desempenhar o papel de gerador do impacto desejado na localidade alvo.

A Demonstração de Resultados requeria, na seleção do demonstrador, os seguintes quesitos:

- a) Ser bem representativo do grupo ao qual a demonstração vai ser dirigida;
 - b) Não possuir recursos especiais que estejam muito acima da média dos recursos que os demais produtores possuem;
 - c) Ter respeito e a confiança de seus vizinhos e influenciá-los;
 - d) Ser pessoa sociável, que goste de receber visitas e possa explicar a todos o andamento da Demonstração;
 - e) Sua propriedade deve ser representativa da média das existentes na comunidade e em local de fácil acesso;
 - f) Sua propriedade não deve ter sido selecionada normalmente para local de reuniões ou demonstrações;
 - g) Ser receptivo às orientações e instruções do extensionista [...]
- (ACARPA, 1976:12-13).

A instalação da Demonstração de Resultados deveria atrair o maior número de produtores rurais. Para tanto, colocavam-se placas atrativas como forma de despertar a atenção dos agricultores. Já, ao demonstrador caberia destacar as fases, divulgando os resultados aos visitantes. Na ordenação das atividades, deveriam ocorrer visitas, reuniões, excursões, distribuição de material informativo, incluindo material fotográfico e slides. O objetivo era exercer poderosa influência sobre a adoção das técnicas em questão, servindo, também, como recurso de confiança para abrir caminhos para a atuação do extensionista.

Face a necessidade de introduzir técnicas novas na comunidade (evidenciadas pelo Estudo da Realidade Rural), adaptadas à comunidade, e por sempre existirem famílias capazes e esclarecidas com as quais se podem conduzir Unidades Demonstrativas, a decisão do extensionista torna-se bastante facilitada por este método. (ACARPA, 1976:16).

Nos materiais e equipamentos estavam incluídas as viabilidades de financiamento além de contemplar formas comerciais, cooperativas.

Propriedade Demonstrativa é uma empresa agrícola, administrada pelo proprietário, com orientação do Serviço de Assistência Técnica e Extensão

Rural, baseada em um plano de desenvolvimento, a médio e longo prazo, considerada a vocação sócio-econômica da região dentro da qual irá funcionar como exemplo a ser seguida pelos agricultores e ou pecuaristas (ACARPA, 1976:19).

O planejamento da Propriedade Demonstrativa visava a participação e colaboração do agricultor ou da família. Era regra para o agricultor, dedicar-se com mais esmero e afinco ao que lhe pertencia. Portanto, as despesas com a Propriedade Demonstrativa deviam ser feitas pelo cooperado, “educa-se o [cooperado] para uma atitude mais sadia na AÇÃO e não para uma passividade de pedinte que tudo espera dos órgãos governamentais” (ACARPA, 1976:21). Era o fator ideológico, preparando o agricultor para assumir responsabilidades junto ao modelo a ser implantado. Dessa forma, o discurso rompeu com as responsabilidades governamentais, repassando os problemas de manutenção ao agricultor.

As estratégias são dinâmicas, principalmente no que se refere às colheitas, cuja ação visa atrair agricultores vizinhos para demonstrar o rendimento atingido. Dar ênfase à colheita e seus saldos positivos requer “[...] uma divulgação maciça através dos meios de comunicação, quer seja na rádio, jornal, cartaz, fotografias ou slides, a fim de que os bons resultados sejam conhecidos por todos e as tecnologias introduzidas, irradiadas na comunidade” (ACARPA, 1976:23). A divulgação dos benefícios proporcionados pela tecnologia, amplamente explorados nos programas jornalísticos com um relatório ao final de cada ano, apresentando somente bons resultados, chamava a atenção. No entanto, com o estudo de documentações ficou evidente a difusão de resultados profícuos: era a voz das vantagens, atingindo o ápice na comunicação e expandindo seu poder na intenção de persuadir os agricultores para que estes trabalhassem no campo, aplicando os métodos inovadores.

É, pois, na relação que rege o processo discursivo da modernização agrícola que se constrói e reconstrói espaços materializados no capital. Percebe-se, então, o descortinar de um horizonte de comunicação, detido num primeiro momento, na comunicação considerada pela Empresa Paranaense de Assistência técnica e Extensão Rural – EMATER como tradicional. E um segundo modelo, que concretiza o mecanismo de comunicação com maior participação dos agricultores. Inicialmente, buscou-se um entendimento da relação do rádio e da então ACARPA, analisando-se o material que tratava do 18º Seminário Internacional de Extensão Rural, apresentando-se a comunicação ideal a ser empregada pelo agente de mudanças. No entanto, convém ressaltar a existência de outro trabalho encontrado nos arquivos da EMATER, que versa, também,

sobre a comunicação no campo, executada pelos extensionistas, produzido em 1980, com o seguinte título: “Construção de mudanças, resultantes da reflexão sobre modelos de comunicação, em relação aos níveis de participação de agricultores em estratégias de ação”. O autor deste estudo é Benito Marangon, Engenheiro Agrônomo e Mestre em Extensão Rural pela UFV de Viçosa-MG. A junção deste documento neste texto se deve ao fato de que o mesmo veio de Minas Gerais a Curitiba e foi incorporado pelos extensionistas do Paraná. A escolha do tema pelo autor possui raízes junto à Comissão de Assessoria de Imprensa e Comunicação do Sistema Operacional da Agricultura (SOA), cujo estudo contempla propostas variadas, e dá seqüência às discussões realizadas no Seminário de Comunicação na cidade de Londrina, no Paraná. Como se pode observar, no documento anterior, em 1970, tem-se toda uma ordem de estratégias voltadas para a transformação do cotidiano rural. E o recurso usado foi a comunicação do agente de mudança, juntamente com o rádio, no intuito de expandir essas idéias. O trabalho de Benito Marangon ocorre num momento em que a modernização já está consolidada. Qual seria então o papel da comunicação neste momento? Pensou-se que no município de Marechal Cândido Rondon, a função maior seria a de manter o sistema criado, direcionando, paulatinamente, o agricultor aos problemas que acompanham o modelo vigente, ou seja, uma espécie de transferência de responsabilidade orientada. O documento revela situações que se assemelham ao conceito da comunicação tradicional: a difusão das técnicas no campo e a publicidade da incorporação, estruturada num modelo tradicional de comunicação persuasiva.

Um dos resultados deste tipo de comunicação é a redução das qualidades humanas de fonte e receptores, pelo autoritarismo, paternalismo e assistencialismo, pelo emprego das técnicas de venda e pela fixação de objetivos de produção e modernização com os quais os agricultores devem se conformar (MARANGON, 1980, resumo, item 6).

O modelo tradicional de comunicação pretendia atender os anseios do capital como: vendas de fertilizantes, tratores e eletrodomésticos. A produção da modernização ocorre nos pilares dessas “novas técnicas”. A nova proposta traz um modelo de comunicação dinâmico, que manifesta atuações mais humanas junto ao contexto do agricultor e sua família. Assim, com a modernização efetivada, “novas conquistas vão sendo realizadas no que tange aos problemas físicos,

econômicos, tecnológicos, sociais, políticos e culturais. Sempre com a participação ativa dos comunicadores (extensionistas e agricultores). A realização humana torna-se possível e acontece na medida que a participação se amplia” (MARANGON, 1980, resumo, item 10).

O mesmo autor aponta para os procedimentos humanos na comunicação que fornecem ferramentas - representadas nas aptidões fornecidas às empresas - e nas transformações almeçadas pelos agricultores, salientando que, o primeiro passo da comunicação dita tradicional alicerçou o anseio incutido neste momento, como algo pura e simplesmente de interesse do agricultor. As recomendações sugerem contatos através de caminhos e procedimentos, pautados no envolvimento do agricultor e os métodos até então aplicados junto à comunicação no campo, modificando o modelo anterior e dando margem ao modelo humanizador, recomendado aos novos agricultores, agora atuantes na ação. Este modelo se encerra num esquema teórico, tecnológico e ideológico de “cima para baixo”, que estrutura e representa outra etapa ideológica de comunicação e modernização. O último modelo justifica-se numa ação “de baixo para cima”.

As comunicações geradora e mantenedora de normas comportamentais, autoritárias, paternalistas e assistencialistas, reforçada pelo tecnicismo, com alienação de agricultores e técnicos de sua realidade global, inibidora da criatividade, limitadora da liberdade, resulta na dependência e submissão, reduz a autonomia nas decisões sobre as escolhas dos fins e dos meios para alcançá-los. (MARANGON, 1980:13-14).

As críticas feitas à comunicação tradicional são muitas. Mas, a nova proposta estaria despida de fragmentações, submissões e alienações, ou estaria preparando alternativas no engajamento dos agricultores e extensionistas para solucionar problemas, nascidos no primeiro modelo? Como resolver o alto custo dos produtos químicos, a diminuição dos incentivos por parte do governo, as frustrações das safras e a insatisfações dos agricultores?

Os benefícios da comunicação tradicional enaltecidos no 18º Seminário, agora recebiam toda ordem de críticas ante a difusão de novas técnicas e estratégias, executadas pelos extensionistas no campo. Os métodos e técnicas de publicidades voltadas à venda de idéias também foram atacados.

Porém, a nova proposta e seus procedimentos chamam a atenção dos agricultores para “o resultado como fim da estratégia participativa

que possibilita aos agricultores tornarem-se agentes e juizes de suas ações, responsáveis pelo seu bem-estar e progresso pessoal” (MARANGON, 1980:24). Novamente são apresentadas as coordenadas a serem seguidas pelos extensionistas e agricultores. E o discurso justifica sua ação na libertação dos agricultores do paternalismo e autoritarismo, semeados pela comunicação tradicional, modelo clássico mecanicista vigente até então.

O termo clientela, adotado para referir-se aos agricultores, é associado à elitização exigida pelo crédito rural, treinamento de líderes e políticas de estímulos. A comunicação engajada nesse conceito canaliza seu esforço na mesma direção. [...] como clientes são aqueles que se dispõem a comprar novas idéias, a comunicação tem assumido o papel de vender idéias e introduzir tecnologias modernas, transformando, [...] os agricultores em instrumentos de produção (MARANGON, 1980:26).

Diante das problemáticas localizadas no modelo clássico, a nova proposta estaria mobilizando os esforços dos trabalhadores na ordenação e execução de seus próprios problemas. Assim, as novas condutas forneceriam métodos para solucionar e identificar as aspirações dos agricultores. Essas estratégias de ação, envolvendo agricultores, mães e jovens, idealizadas pelos extensionistas e pautadas no contato humano, estariam, de fato, lançando as sementes do pensar e sentir dos agricultores? A autoconfiança despertada os levaria à autonomia, liberdade e decisão? Como resultado tem-se a configuração estratégica e a imposição do modelo desejado, onde espontaneamente as explorações iriam se concretizar, a partir da ação dos próprios agricultores. Assim, a execução do modelo estaria garantida.

Os agricultores em novo modelo de comunicação se tornam mais livres, criativos, críticos, experientes, conscientes de sua realidade, esforço coletivo, contribuintes do aperfeiçoamento das organizações prestadoras de serviços, envolventes, envolvidos, comprometidos, senhores de suas ações e responsáveis pelo próprio destino e bem-estar (MARANGON, 1980, p.63).

As recomendações do novo modelo de comunicação em detrimento do clássico ficam evidentes nas falas dos agricultores quando estes se reportam ao início da modernização (meados da década de 60 e da década de 70) e às facilidades dos empréstimos para a aquisição de maquinários agrícolas e de como se tornaram vítimas do descaso,

restando-lhes, em alguns casos, apenas propriedades sucateadas, dívidas nos bancos e baixos preços dos seus produtos.

O “*Vídeo educativo rural*”, pertencente ao Departamento de Apoio Estratégico da ACARPA, é questionado enquanto recurso na execução e repasse de informações ao agricultor, pois é considerado pelo Sr. Edir (zootecnista) e muitos extensionistas como um recurso “modista”, incapaz de orientar adequadamente os agricultores. Seriam mais bem aceitos vídeos que mostrassem as realidades de outras regiões e os problemas vivenciados por outros lavradores. Mas, esse recurso metodológico cumprirá seu papel se for bem explorado, incorporando também a ação prática. Ação que não se concretizou ou, quando concretizada, deixou muitas lacunas (ACARPA, 1983:6). No discurso, segundo o Sr. Sérgio — coordenador regional de lavouras comerciais (vinculado a ACARPA) — tudo parecia perfeito, porém, a metodologia elaborada não atendia à realidade regional (ACARPA, 1983:7).

Era comum que alguns até simpatizassem com o Projeto VER – Vídeo Educativo Rural desenvolvido pelo Departamento de Apoio Estratégico da ACARPA. Porém, seu conteúdo, além de ser extenso, era relegado a segundo plano e, o extensionista, ao adotar o método de exposição do assunto, teria que permanecer em pé, à frente dos demais, semelhante ao procedimento de um professor em sala de aula, o que gerava certo desconforto, intimidando os agricultores, que acabavam criticando esse método (ACARPA, 1983:12).

Visto negativamente, suas montagens (imagens) apareciam forçadas aos olhos dos agricultores. Foi por meio desse processo de capacitação no campo que se buscou despertar habilidades e técnicas, a partir da extensão rural.

Independente disso, a pedagogia, na aparência, era participativa e brasileira. Mas, este nevoeiro ideológico se desdobrava, a partir dos interesses internacionais, ou seja, a estrutura do projeto pertencia a um país, em muitos aspectos, diferente do nosso: o Peru. Como modelo internacional, adaptado à realidade paranaense em todo Estado, recebeu manifestações contrárias que não encontravam espaço no contexto político da ditadura (ACARPA, 1983:48).

Nas palavras do Sr. Geraldo – Diretor Presidente da ACARPA – o fator político, que implantou o padrão tecnológico, também provocou e favoreceu a expulsão do homem do campo.

É interessante que pequenos produtores vão embora, que se agreguem propriedades para que se utilizem máquinas, para que se utilizem adubos

químicos, se utilizem defensivos para facilitar e viabilizar as indústrias que estão aí, para viabilizar a própria política de exportação. (ACARPA, 1983:58)

Chama ainda a atenção para os encaminhamentos negativos surgidos com a modernização no campo. E acrescenta que a necessidade de capacitar o agricultor, atende a interesses ligados a este processo que não são deles e sim das empresas multinacionais. Essa consciência poderia debilitar, pelo menos em parte, o modelo vigente.

A atuação da ACARPA/EMATER se deu, também, a partir do VER-, norteado pela pedagogia audiovisual. O trabalho intitulado “*Reunião técnica*: o vídeo na difusão de informação agropecuária e capacitação do agricultor” trata especificamente dos aspectos históricos, estruturados nas atividades audiovisuais, junto à produção no campo. No ano de 1980, a ACARPA manteve contato com a CESPAC – “Centro de Ciências de Pedagogia Audiovisual para la Capacitacion do Ministerio da Agricultura do Peru”, obtendo apoio técnico para o desenvolvimento do projeto de Extensão Rural do Paraná – Brasil. Primeiramente, foram analisados os serviços de treinamento de técnicos extensionistas para que, em seguida, fosse desenvolvido o trabalho junto aos agricultores. Após mudanças descentralizadoras na estrutura da proposta e feitas às modificações, o Projeto VER – passou a ser um instrumento pedagógico, voltado para o treinamento de pequenos produtores e apresentado, posteriormente, às famílias dos agricultores como uma possibilidade de capacitação de produtores.

A comunicação marca presença forte em todos os momentos de atuação da ACARPA/EMATER. Os aspectos gerais da proposta e a aplicabilidade do curso audiovisual direcionaram suas expectativas maciçamente ao público.

O Poder Público estruturou o Crédito Rural Agrícola, com políticas centradas na transformação e tecnificação agrícola; mecanismo engrenado pela aquisição de venenos, adubos, tratores, ceifadeiras e caminhões. Neste contexto agrícola, “a agricultura brasileira espelha avanços e recuos de uma lenta e dolorosa modernização em alguns setores específicos, modernização essa em sua maior parte sustentada pelos subsídios estatais” (SILVA, 1982:33).

De forma surpreendente, o extensionista resgatou os planos do ETA 15², repensando a ação conjunta, desenvolvida entre Estados Unidos

² “Com a extinção do convênio ETA Projeto 15 com os Estados Unidos, o Governo do Estado e diversas entidades ligadas à agricultura assumem o ETA, dando-lhe nova

e Brasil, que, na prática, prevaleceu como incentivo fantasma, pois se buscou implantar um modelo que garantisse a venda de maquinários e insumos norte-americanos e europeus. Logo que o modelo tecnificado da agricultura criou raízes, os “auxílios” foram sendo afastados e redimensionados para outros países, visando os mesmos propósitos. A afirmação de que o veneno não causava danos à saúde, surgiu desse processo, o que explica, por sua vez, os impactos ambientais físico-químicos.

É as raízes e as motivações e estrangeiras que a gente nunca sabe o que eles querem conosco, mas provavelmente quando o ETA foi criado no Brasil por estigma americano Fundação Ford, Fundação Rockefeller não sei bem quais e quantas delas, elas traziam dinheiro pro Brasil e inclusive esses jipes que foram, que nos temos um remanescente ainda, esses jipes foram financiados por esta fundação, né. Então eles traziam auxílio para que o Brasil pudesse ter uma assistência técnica, e naquela época eles já queriam entrar, então com modernização da agricultura e insumos modernos aquele negócio de insumos modernos pra eles era provavelmente vende adubos pra nos, vende venenos [...] numa tentativa de que nosso povo passasse a produzir mais e melhor qualidade, né, independentemente da preocupação na época estar [...] envenenado ou não, até não existia tanto uma consciência que veneno faz mal (H, 05 mar. 2001).

De início (entre 1960 e 1970), os agricultores eram convidados a se fazerem presentes em clubes para receberem informações sobre o repasse dos financiamentos que poderiam ser obtidos junto ao Banco do Brasil e da Cooperativa. O incentivo à derrubada da mata e mecanização, fazia parte do crédito rural, pois, quanto mais terra mecanizada estes agricultores tivessem, maior seria o financiamento que receberiam. Em contrapartida, tem-se a fala de A que busca na memória os elementos sustentadores da expansão da mecanização, pois, “antigamente, pra conseguir financiamento de maquinário no banco, quanto mais roça, conseguia mais fácil [...] menos mato i agora acharam [...] errado, errado isto, [...] agora 20% [...]” (A, 19 fev. 1996). O financiamento era distribuído aos agricultores e, simultaneamente, orientava-se quanto ao destino que o agricultor deveria dar ao montante recebido. Toda informação necessária era dada ao agricultor: os cuidados em relação ao preço dos produtos, frustração das safras por conseqüências climáticas e outros.

denominação, isto é, ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, em 4 de dezembro de 1959. (EMATER, 1996, p. v-vi).

O Poder Público precisa socorrê-la, constante ou freqüentemente, através de múltiplas formas de favores, em grau maior do que qualquer outra atividade: subsídios, garantias de preço mínimo, créditos favorecidos, moratórias, perdão de dívidas, prêmios e incentivos diversos e cada vez maiores. (BRUM, 1983:43)

Existiu no Brasil, mais especificamente no Paraná, uma ordem de prioridades que visa atender, primeiramente, aos grandes proprietários com estes financiamentos. No município rondonense, o predomínio de pequenas propriedades que anteriormente praticavam a policultura e a criação de animais, calcadas no modelo proveniente da bagagem cultural desses grupos, desenvolveu-se o mecanismo de incorporação e extensão dessas técnicas em direção à especialização. Portanto, “dentro dessa política, destaca-se como principal instrumento o crédito rural, que tem privilegiado o grande proprietário de terras, por poder dá-las como garantia, além de possuir outras facilidades junto à rede bancária” (SILVA, 1982:39).

Em parte, o tão visado crédito rural era obtido junto a bancos internacionais e reaplicado na compra de insumos e maquinários agrícolas que eram adquiridos junto à indústrias e, conseqüentemente, o dinheiro revertia, novamente, para estas mesmas indústrias.

O chamado ‘crédito rural’, subsidiado pelo governo, em parte oriundo de empréstimos obtidos pelo país junto aos grandes bancos internacionais, utilizado para que os agricultores possam adquirir maior quantidade de máquinas e insumos modernos, é, de fato, crédito industrial, uma vez que funciona mais voltado para expandir os interesses da indústria do que os da agricultura, que é apenas um subsistema a serviço do sistema econômico global comandado pelo complexo financeiro-industrial (BRUM, 1983:67).

Nesse contexto, pode-se considerar a linha de pensamento, segundo a qual “o principal instrumento utilizado para promover a industrialização no campo foi o crédito agrícola subsidiado” (MARTINE, 1989:6). De forma consistente, Carlos Walter Gonçalves trata da situação rural, mais especificamente da manipulação dos anseios do produtor em direção aos interesses das indústrias. A célula vital e energética do sistema situa-se no contexto da corrente financiadora, centrada e representada na figura do Banco do Brasil. O fluxo condiciona o agricultor na compra de produtos industrializados, revertendo em lucros ao núcleo central que viabiliza a energia necessária para a estruturação industrial.

Quem, nos últimos anos, se interessou pela situação do campo brasileiro, sabe da relação que se estabelece entre o produtor rural, as grandes indústrias químicas e de implementos agrícolas e os bancos. A aprovação de qualquer financiamento à produção rural passa por uma série de exigências dos bancos — não somente as tradicionais como a hipoteca de bens e propriedades. Entre as garantias constam também aquelas que a moderna ciência e tecnologia podem dar para o bom rendimento da plantação, pois, acredita-se que, dessa forma, os investimentos poderiam ser ressarcidos. Através dos seus Departamentos Técnicos, os bancos condicionam o produtor rural a usar esta ou aquela máquina, este ou aquele adubo, fertilizante, fungicida ou inseticida etc... As grandes indústrias têm, assim, garantidos os mercados para seus produtos através dos bancos que, por sua vez, ao viabilizarem as indústrias, se viabilizam na medida em que as indústrias dependem dos bancos para terem seu capital de giro, financiamento da produção e... crédito ao produtor rural para comprar seus produtos (GONÇALVES, 1984:21-22).

Na análise da linguagem jornalística, observou-se várias manifestações, articuladas em expressões direcionadas ao público rural. Mas esse fragmento pode expressar o poder da mídia, pois a mesma comunica e integra os agricultores para que estes recebam instruções referentes aos empréstimos. O que desperta a atenção é o montante em dinheiro que seria distribuído. Como forma de reforço, tem-se a presença da ACARPA e dos representantes políticos municipais e estaduais. O discurso atende, portanto, aos interesses de determinados grupos. Contudo, a argumentação se apóia na idéia de que o dinheiro será destinado para impulsionar o progresso rondonense, aumentando a produção e trazendo bem estar e prosperidade. O bem estar de quem? Pode-se indicar que os maiores beneficiados foram as indústrias que pretendiam alargar os horizontes de suas vendas. Que bem estar é esse que propõe progresso às custas da retirada da mata, do envenenamento dos animais e do próprio homem? E para garantir que o dinheiro seja aplicado na agricultura, felicitam os agricultores e reforçam, através de programas de rádio, que os “agricultores [...] saberão fazer bom uso do numerário que lhes foi entregue”, ou seja, os argumentos procuravam garantir o destino que o dinheiro deveria receber.

Um grupo de agricultores recebeu hontem as importâncias de empréstimo encaminhado por intermédio da Acarpa. No Clube Aliança, com a presença de autoridades municipais e estaduais, gerentes de bancos e representantes desta emissora, procedeu-se à entrega dos cheques. Foram distribuídos 80 milhões que servirão para impulsionar o progresso

rondonense, aumentando a produção e trazendo mais bem estar e prosperidade. Felicitamos a Acarpa, na pessoa de seu dinâmico diretor, o nosso Dr. Polan Lacki e aos agricultores que saberão fazer bom uso do numerário que lhes foi entregue (AGRICULTORES, 1967).

O desenvolvimento recriava situações e os agricultores vinculados ao cultivo tradicional serviam como ferramentas humanas na retirada da mata e cultivavam produtos como milho, mandioca, feijão, arroz e outros por alguns poucos anos. Após a limpeza do terreno, eram direcionados a aderirem a projetos tecnológicos voltados à especialização. Um certo número de produtores que não se adequaram ao modelo, foram direcionados, a procurar novas fronteiras agrícolas no Paraguai ou outras regiões brasileiras.

A migração destes agricultores tinha como causa principal o processo de descapitalização gerado pela carência de iniciativas governamentais no que se referia à manutenção de propriedades agrícolas que não se enquadrassem no sistema de produção para exportação.

O produtor rural está descapitalizado e endividado [...]. Os financiamentos para a implantação da suinocultura, gado leiteiro, aves, etc., nos últimos anos, foram condicionados a exigências técnicas geralmente do interesse das indústrias ou fornecedores de insumos, inclusive sementes e raças (BRUM, 1983:108).

Para tanto, a agricultura modernizada incorporou técnicas sofisticadas representadas pelas máquinas, implementos e insumos. A modernização, entendida como criação humana, estruturava-se, a partir dos créditos fornecidos aos produtores, bem como pelo controle de suas ações e se consolidava através da atuação constante dos técnicos especializados na implantação e no controle das novas técnicas.

Crédito para a aquisição de máquinas, implementos, equipamentos, calcário, fertilizantes, sementes, defensivos (herbicidas, pesticidas, fungicidas, etc.), crédito para custeio, etc. O sistema de crédito rural orientado subordinou o agricultor à fiscalização e à assistência técnica (BRUM, 1983:114).

Nesse cenário, a manchete jornalística com o título “A Chuva de Granizo de Dois Irmãos e Arredores” retrata os prejuízos advindos por ocasião de adversidades climáticas. Mas, a partir de um olhar um pouco mais detido, levando em consideração o período em que o enunciado foi

produzido, pode-se discernir a forte argumentação sobre os prejuízos e a solução para que o agricultor não vivesse de esmolas: o seguro agrário.

Com isto, “A Nação, o Estado e o Município não se transformariam em simples doadores de esmolas, que nada resolvem, porque nunca são de montante a cobrir o prejuízo. O seguro agrário é a solução para todos”. Esses termos certamente provocaram reações de apoio por parte dos ouvintes, já que os mesmos têm um forte apego a valores como o trabalho e a honestidade, refletindo em argumento estruturado na personalidade dos agricultores. Para evidenciar a posição da emissora de rádio, a nota termina com a expressão “Essa é a nossa opinião”, revelando a forte influência que esse meio de comunicação procurava conquistar junto a seus ouvintes.

Receberão a assistência que faz juz a quem planta e não tem a certeza de colher. É a ocasião de mais uma vez tecer considerações sobre o seguro agrário, uma lei que há muito foi aprovada no Brasil, mas que, pelo que sabemos, ainda continua no papel. Em todos os paises civilizados e de economia adiantada, os efeitos da natureza são compensados pela inteligência e pelo espírito de organização. Está na vez de acabar no Brasil com a esmola dada aos que fazem o progresso da Pátria. Estão agora os senhores colonos a mendigar auxílio da Prefeitura, a Prefeitura a rogar a colaboração do Estado e o Estado a impetrar providências à Nação. A Nação, o Estado e o Município não se transformariam em simples doadores de esmolas, que nada resolvem, porque nunca são de monta a cobrir o prejuízo. O seguro agrário é a solução para todos. O agricultor sabe que planta, zela do que é seu e se um dia a desgraça dos elementos da natureza se abater sobre o fruto do seu trabalho, ali estará o seguro agrário para solucionar. Mas um seguro agrário rápido, eficiente e total, não paliativos à base de promessa para dias melhores. Essa é a nossa opinião (CHUVA, 1966-1967).

Percebe-se de imediato a expansão da reportagem jornalística mencionando *in loco* os resultados negativos causados pelas chuvas, vendavais e granizo. Foram realizadas, inclusive, projeções da área atingida, ficando definida uma faixa de três quilômetros e meio de comprimento e uma largura de um quilômetro e, em certas localidades, ocorreu perda total da produção. As lideranças políticas, tais como o prefeito municipal Werner Wanderer e o diretor da ACARPA Polan Lacki, desenvolveram visitas, tendo como objetivo fazer levantamentos dos prejuízos nas localidades atingidas. A reportagem revela, com detalhes, a destruição de hortas, citando as espécies prejudicadas pelas condições climáticas

adversas. Esses pormenores fornecem dados sobre os produtos cultivados.

No texto, “Ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado”, fica evidenciado o canal aberto entre os representantes municipais e o governo do Estado. São fortes os vínculos entre os procedimentos governamentais e o crédito fornecido pelo Banco do Brasil.

A Prefeitura Municipal enviou ofício ao Sr. Governador Paulo Pimentel encarecendo sua visita no dia 20 de janeiro, segundo promessa feita pela Casa Civil do governo do Estado. No mesmo ofício a Prefeitura comunica os prejuízos causados pela chuva de granizo e pede a colaboração do Estado, por intermédio da assistência imediata da Secretaria de Agricultura e outros órgãos de assistência. Hoje vai telegrama ao Presidente Castelo Branco, pedindo facilidades de crédito aos flagelados por intermédio do Banco do Brasil (OFÍCIO, 1966-1967).

Nesse ponto, o discurso apresenta a constante mobilização de pedidos direcionados ao governo do Estado em busca de auxílio para solucionar problemas causados por intempéries climáticas. Mas esse canal aberto na comunicação foi uma das formas de preparar o espaço com recursos viabilizadores da futura modernização agrícola. Neste período, ainda marcavam presença as dificuldades enfrentadas pelos agricultores rondonenses, em deslocar-se a uma agência do Banco do Brasil, pois esta situava-se na cidade vizinha de Toledo. O transporte mais utilizado era o ônibus ou as famosas lotações³. Algumas reportagens do programa jornalístico comunicam aos agricultores para que realizem suas propostas para o cultivo de cereais, bem como para a compra de maquinários.

A agência de Toledo do Banco do Brasil está em nosso noticiário para dizer a todos que estão abertas as propostas para lavouras de milho, feijão, algodão, maquinário e indústrias. Aqueles que estiverem interessados em ampliar ainda mais as suas lavouras ou maquinários que apresentem as propostas ao Banco do Brasil na agência de Toledo (BANCO, 1967)

Os produtores eram comunicados sobre o atendimento, mas também eram “convidados” a expandir suas áreas cultivadas e aderirem aos recursos ofertados. O que pode explicar melhor a situação existente entre a relação do Banco do Brasil e a tecnificação no campo é a composição do conselho fiscal da Indústria de Óleos, que conta com a

³ Uma Kombi na qual vários colonos se juntavam para irem até a cidade vizinha.

presença do gerente do Banco do Brasil, do prefeito municipal e de outras autoridades do município. Através da leitura do discurso, pode-se constatar que o mesmo busca suporte para sua atuação, enfatizando que “essa grande indústria [tem] um futuro brilhantíssimo no interesse da industrialização do Oeste do Paraná”. O discurso apresenta, portanto, os objetivos de um grupo restrito como sendo de toda a população.

Na presença de altos funcionários do Banco do Brasil e dos senhores agricultores foi eleito o conselho fiscal que fica composto do senhor gerente do Banco do Brasil de Toledo, o senhor Werner Wanderer, prefeito municipal e o senhor Lourival Mussi de Andrade. Essa notícia é motivo de júbilo para o município pois vemos a testa desse empreendimento um cidadão de reconhecidos dotes de administrador e pessoa do mais vasto conceito em toda a região. Encerra-se assim de uma maneira brilhante o caso da Cirosa que foi motivo de tantos comentários neste município e regiões. Desejamos à essa grande indústria um futuro brilhantíssimo no interesse da industrialização do Oeste do Paraná (SOLUCIONADO, 1967)

Já no ano seguinte (1968), ocorreu uma convenção das indústrias oleaginosas, já que a instalação de mais indústrias voltadas a esse fim se ampliava em toda a região. Para tanto, ocorreu a mobilização de representantes da localidade que se deslocavam ao Rio de Janeiro para buscarem “junto a alta cúpula do Banco do Brasil” recursos financeiros para a compra da safra de soja.

Ao término das reuniões, com a volta do Sr. Hélio Alves à nossa cidade trazendo as novidades, o Sr. Arlindo Lamb seguiu ao Rio de Janeiro onde junto a alta cúpula do Banco do Brasil, estará ultimando a documentação para um grande financiamento para a compra de soja, seja toda a safra de 1968, de toda a região. Com a volta do Sr. Arlindo Lamb, já serão fixados os preços para a compra deste cereal. Quem nos trouxe as notícias desta importante convenção foi o Sr. Hélio Alves ao qual agradecemos (CONVENÇÃO, 1968)

A convenção das indústrias oleaginosas, realizada em São Miguel do Iguazu -PR, envolveu indústrias extrativas de óleos vegetais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e da região Oeste do Paraná. No decorrer da reunião, foi estabelecida uma comissão, representando os três Estados da Região Sul, objetivando a estruturação de um estatuto que defendesse a classe e que reunisse pequenas e médias indústrias situadas na fronteira

do país. Nesse período, houve uma segunda reunião em Pato Branco - PR, tratando da aprovação dos estatutos e da organização do sindicato em defesa do grupo. Foram marcadas ainda as datas para a primeira Festa Regional da Soja.

Os agricultores recebiam comunicados constantes, a partir de cartas que eram enviadas pelo Banco do Brasil à Rádio. Um aspecto a ser destacado é a compra do trigo a ser realizada pelo Banco do Brasil “em nome da Comissão de Trigo Nacional”. Nesta transação comercial, a exigência era a negociação direta com a instituição bancária, pois a atuação de intermediários era condenada, tendo como justificativa, a transparência das ações. A notícia “Um Aviso do Banco do Brasil aos Triticultores” expressa, da seguinte forma, tais normas:

Acabamos de receber carta do Banco do Brasil prestando algumas informações aos senhores produtores de trigo da região. Informa o Banco, por sua agência de Toledo, que está comprando trigo em nome da Comissão de Trigo Nacional. Avisa que só compra diretamente dos produtores, não aceitando intermediários. Avisamos mais que sobre esses preços serão acrescidos as quantias de 75 centavos, 60 centavos e 42 centavos para o produto entregue em sacaria nova, de 1º e 2º uso, respectivamente. Alerta mais, que será crime contra a economia popular, a venda de seus produtos agrícolas ao Banco do Brasil, por meio de intermediários. E si isso acontecer, o que assim, fizer, terá sérios problemas com sua ficha cadastral. São essas as informações que tínhamos a dar em nome do Banco do Brasil, Agência em Toledo (AVISO, 1968-1969)

O Banco do Brasil procurava, portanto, estabelecer o monopólio na compra de cereais, instituindo normas que visavam inibir a comercialização dos produtos com terceiros.

O grande agente provedor e atuante entre os agricultores e o modelo modernizador em processo de adoção era a ACARPA. Este órgão estadual tinha espaço garantido na programação da emissora de rádio, tendo em vista a necessidade de manter contato constante com seus colaboradores.

A ACARPA se encarregava, inclusive, dos pedidos de financiamentos. A reportagem “Um aviso importante da ACARPA”, chama “a atenção dos agricultores de Novo Horizonte, Iguaporã, Mercedes e Curvado, que desejam financiamento, e ainda não fizeram pedido, que encaminhem os seus pedidos às comissões de Crédito” (AVISO IMPORTANTE, 1968-1969). Como já foi enfatizado, o crédito rural era

um crédito específico, regido por índices particulares do setor agrícola, destinado a desencadear e sustentar a modernização agrícola, com linhas de financiamento a insumos químicos, sementes selecionadas e investimentos rurais.

Outras atividades faziam parte de um conjunto de ações desenvolvidas pela Associação de Crédito, estruturadas a partir de um programa de assistência rural que centralizava suas atividades na educação de jovens.

Programas de educação do jovem rural, calcados num modelo norte-americano de ação, através dos Clubes 4 S (4 H nos Estados Unidos). O 'S' significa: Saber (Head), Sentir (Heart), Servir (Hand) e Saúde (Health). Filhos de agricultores de 14 a 25 anos, através desses clubes, que lhes proporcionaram um lugar para se reunir e se divertir, receberam toda uma educação "modernizante" e tiveram acesso a pequenos créditos, a juros baixos. Com a ajuda de técnicos, estes jovens desenvolveram posteriormente experiências nas propriedades dos pais (PAULILO, 1990:55-56).

As "reuniões sobre crédito rural" ocupavam o cenário dos comunicados jornalísticos. Como já fora mencionado, a estruturação dos Clubes 4-S serviu como ponto de partida para organizar um projeto maior que era a futura introdução do Crédito Rural. A partir do trabalho dos extensionistas, tanto os agricultores como suas esposas eram aproximados desses "líderes", o que inspirou confiança junto aos agricultores e reforçou os discursos políticos.

AACARPA, através de seu extensionista rural Dr. Joaquim Felipe Laginski, depois de ter levantado os clubes 4-S através de seu trabalho intensivo, cabendo a parte doméstica à senhorita Maria Creoní França; vem agora movimentar a parte de crédito rural aos agricultores. Hoje às 17 horas haverá uma reunião com agricultores e criadores, no salão do clube social e cultural de Quatro Pontes. A AACARPA por nosso intermédio convida todos os senhores criadores e agricultores para comparecerem onde será abordada a explicação sobre o financiamento. Aqueles criadores que já tem movimentado alguma coisa neste setor e que não comparecerem estarão sujeitos a não receberem tal financiamento. Portanto é de vital importância o comparecimento em massa àqueles que já se movimentaram através da AACARPA ou mesmo aqueles que pretendem receber financiamentos através deste órgão (REUNIÃO, 1968-1969).

O recurso mais utilizado pela ACARPA no início do processo foi o de contatar as comunidades através de seus representantes, estabelecendo, assim, uma linha de comunicação. Esta linha geralmente tinha como elo condutor pessoas respeitadas pelo grupo — tais como o professor ou o presidente de alguma associação —, que ficava com a responsabilidade de organizar e comunicar os agricultores sobre as atividades a serem realizadas, cabendo, inclusive, a estes líderes, as tarefas leigas à execução de relatórios sistematizados sobre os trabalhos. No decorrer do processo, a ACARPA treinaria líderes com o objetivo de conhecer o cotidiano rural e manter sua ação, a partir da “infiltração” nas propriedades. Com tais atividades, é evidenciado o caráter estratégico da atuação da ACARPA. Isto transparece em discursos como este:

O extensionista rural da ACARPA, dr. Laginski, nos enviou uma nota sobre o serviço que estará movimentando a ACARPA de imediato, fazendo com que exista à partir de hoje o treinamento para líderes [...]. É este mais um serviço empreendido pela ACARPA local que mantém bem acelerado seu serviço de lançar maiores conhecimentos diante de toda a colônia, agora também movimentando a aprendizagem para líderes dentro das localidades onde os serviços tem infiltração dentro de todo o nosso município (FRENTE, 1968-1969).

O jogo político trabalhava com imagens e representações discursivas e o painel das relações políticas contemplava um elenco de ações que difundiam o conhecimento científico. Isto se concretizou por meio de articulações, executadas pelos extencionistas rurais. De acordo com estudos do IPEA – Instituto de Planejamento Econômico e Social,

a principal medida foi a tentativa de difundir, entre os agricultores, o conhecimento tecnológico existente nas instituições de pesquisa [...]. Esta foi a grande ênfase dada ao serviço de extensão rural durante a década de 60 [...]. A prioridade também estava direcionada à abertura de linhas de créditos especiais para a aquisição de insumos modernos e à importância atribuída às políticas de preços mínimos a fim de estimular conjuntamente a produção e produtividade (PASTORE e ALVES, 1975:115).

Os relatórios da ACARPA eram divulgados pela rádio, mostrando todo o trabalho executado, os esforços efetuados sem medidas, argumentando que todo trabalho não cansava quando se tratava do progresso objetivado para a região. Este aparecia como uma das formas de

reforçar o apego ao trabalho, valor fortemente enraizado na cultura do grupo. Isso revelava o grau profundo de conhecimento que havia, por parte dos responsáveis, pela implantação do programa, pois o discurso também expressava e reforçava a honestidade quando divulgava o relatório para que todos tivessem conhecimento da seriedade do trabalho executado pelos extensionistas.

O locutor também tecia considerações fundadas em elogios ao trabalho dos extensionistas, ao argumentar que eles eram verdadeiros rondonenses por desejarem tornar essa terra “um paraíso”, a partir de seus esforços. Assim, ao término das atividades, os resultados foram registrados em relatórios que foram amplamente divulgados pela imprensa. No discurso, as atividades eram consideradas uma luta em prol da “causa da família rurícula”, enfatizando os trabalhos desenvolvidos pela equipe. À luz dos discursos, percebe-se que as atividades realizadas possuíam metas traçadas e, na essência, a preocupação maior não estava direcionada ao bem estar dos agricultores, mas sim com a efetivação de um modelo articulado e aplicado de acordo com interesses de grupos específicos. Contudo, foi dispensada atenção especial nas formas de tratamento e na linguagem utilizada para estabelecer tais metas, tendo em vista a seleção criteriosa das idéias e imagens, a serem utilizadas na caracterização tanto dos agricultores como da região.

O trabalho que a associação de crédito e assistência rural ao trabalhador do Paraná realizou termina com mais um ano de trabalho e sacrifício, sacrifício não notado, pois se sabe que ninguém diz sacrifício quando se trabalha para uma terra como a nossa que somente tende a progredir. Vimos chegando o esgotamento de forças, mas quando olhamos, meditamos sobre tudo o que foi feito e nossas forças se reanimam e voltamos ao combate geral para uma guerra de fundamento ao vermos cravado o marco do progresso [...]. O presente relatório espelha o trabalho pelo crédito rural orientado, em um levantamento que faz com que nosso colono sintam-se mais a vontade. Fala também sobre o crédito habitacional, o Clubes 4 S, sobre o entrosamento com outras entidades, dos aspectos gerais e a conclusão dos serviços que achamos aqui, ao término, coroado de êxitos (ACARPA, 1968-1969).

A palavra “progresso” não poderia deixar de ser mencionada e o sucesso do projeto é atribuído, entre outros fatores, ao “crédito rural orientado” e ao entrosamento com as entidades sociais. Fica evidente a preocupação e a aplicação das questões relacionadas aos financiamentos. Para tanto, o Sindicato, cumprindo ordens diretas da administração

pública, destinou um funcionário para atender o recebimento de propostas e enviá-las a Toledo, poupando, assim, os agricultores das viagens àquele município.

O sindicato deverá mandar um funcionário que após tomar todos os esclarecimentos por uns dias em Toledo, vai operar no sindicato aqui em Marechal Cândido Rondon para a elaboração da documentação necessária de exigência desta casa bancária para os financiamentos. Feito isso, o cidadão através do sindicato deverá preencher suas propostas para tal e finalmente dirigir-se à Toledo para receber o numerário. Como disse-nos o prefeito municipal que manteve-se junto com membros do sindicato de Marechal Cândido Rondon reunido na manhã de hoje, será alguma coisa maravilhosa para a nossa gente que vai prestar uma boa margem de suas economias que eram desperdiçadas em viagens à Toledo e espera dentro do saguão do Banco do Brasil (REUNIÃO PARA, 1968-1969).

As propostas de sindicalização eram incentivadas, tendo em vista uma participação significativa dos agricultores. Os discursos afirmavam que o órgão daria maior assistência ao agricultor, através da presença de um veterinário que atenderia aos associados gratuitamente. Como todo discurso, este também buscava enfatizar a necessidade de unir esforços para o bem comum dos agricultores (FRENTE, 1968-1969).

As várias atividades, executadas pelos extensionistas da ACARPA e funcionários do Sindicato Rural, contribuíram, de forma considerável, para a concretização dos planos estabelecidos pelo programa de desenvolvimento da região. Uma estratégia adotada para atrair cada vez mais pessoas, era a de noticiar o número de participantes nos encontros anteriores, motivando, assim, a próxima localidade a superá-lo. Os dirigentes parabenizavam os agricultores participantes por desejarem aprender. Além disso, ocorria uma espécie de premiação simbólica àquelas localidades, onde o evento reunisse maior número de pessoas. Destacase também a presença feminina em tais encontros. No decorrer do discurso, eram feitos comentários sobre as reuniões realizadas e eram convidados os moradores de outras localidades para que participassem das próximas reuniões.

Bem ao contrário do que esperávamos, o agricultor de Porto Mendes deu provas cabais de sua vontade de aprender, de sua vontade de se esclarecer. Foi ontem registrada a maior reunião de dentro do município, em que o salão de Mendes tornou-se pequeno demais para alojar os 200 agricultores, fazendo com que Porto Mendes tome o primeiro lugar em comparecimento

da massa agrícola à estas importantes sessões. Aproveitamos a estada dos amigos visitantes em nossa emissora na manhã de hoje e tomamos conclusões básicas e estatísticas das reuniões realizadas. A mais forte em comparecimento foi em Porto Mendes com 200 agricultores, inclusive mulheres, de nossa grande família rurícola. Em segundo plano acha-se a localidade de Entre Rios em 138 comparecimentos. A mais fraca realizada, dizemos a mais fraca em comparecimento pois o espírito que levou os agricultores de toda a região foi um só, ... esclarecer-se, tomar decisivas informações. Esta última de que tratamos foi Mercedes com 67 agricultores presentes. Todas as reuniões somadas darão um índice médio de 100 agricultores por sessão. [...] Parabéns ao pessoal do sindicato e da ACARPA, parabéns aos agricultores de Porto Mendes, e nossas felicitações aos agricultores de nossa região. Para segunda-feira será realizada uma sessão em São Roque, e desde já concitamos aos agricultores daquela região para o comparecimento em massa (REUNIÃO, 1969).

Na seqüência é apresentada outra reportagem que destaca os trabalhos a serem realizados pelos representantes da ACARPA e do Sindicato, desta vez no distrito de São Roque. Novamente, são feitos esclarecimentos de que as intervenções são informativas e de interesse dos agricultores da região. O texto finaliza afirmando que “na noite de hoje, ninguém pode ficar em casa”. O comunicado procura alertar os moradores de outra localidade (o distrito de Margarida) para que participem também dos encontros.

Os agricultores de São Roque na noite de hoje após às 20 horas estarão vendo sua ação colonial receber matéria de apoio através das palestras levadas pela equipe que vem se ocupando desse setor já fazem alguns dias. Agricultores de São Roque, na noite de hoje, ninguém pode ficar em casa. Amanhã será em Margarida (NOVA, 1969)

As facilidades de financiamento foram ofertadas pela ACARPA, a partir de recursos destinados, preferencialmente, à mecanização vinculada ao cultivo de soja. Para assegurar a eficácia do repasse de informações aos agricultores, os agentes da ACARPA estabeleciam contatos nos distritos, onde os agricultores poderiam ficar informados sobre as condições necessárias para a concessão de financiamentos. Os recursos para o financiamento eram provenientes do Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE.

A parte encarregada pela extensão rural da ACARPA, informou nossa reportagem ontem, que está aberto o financiamento pelo acordo

ACARPA-BRDE. O crédito é especial à agricultores porém apenas para a mecanização da lavoura de soja. O crédito será para a compra de trator, micro trator, arado, grade, pulverizador, semeadeira, cultivador ou carreta. Os agricultores interessados deverão fazer solicitações aos senhores membros das comissões de crédito que funcionam em várias vilas de nosso município, e comparecerem segunda feira próxima no escritório da ACARPA para tomarem melhores esclarecimentos. (ACARPA, 1969)

As atividades relacionadas ao treinamento de agricultores ocorreram, inicialmente, a partir da preparação de líderes por intermédio dos extensionistas da ACARPA. Através de uma ação, foram escolhidos representantes em todas as comunidades. Posteriormente, foi organizado um evento que reuniu todos os líderes. Esta foi uma das formas encontradas para dar agilidade ao treinamento, pois a realização de palestras para um grupo maior de pessoas facilitava a divulgação das informações. O encontro foi nitidamente direcionado ao meio rural e a efetivação foi considerada um feito considerável como coroamento de um planejamento agrícola bem organizado. As intervenções discursivas trataram exaustivamente da extensão rural e da necessidade de formar as lideranças, bem como a aproximação de diferentes localidades do município. Todas as etapas do encontro contemplavam, de forma mais detida, os líderes rurais. Com relação a este aspecto, um fato que chama a atenção é a descrição das qualidades que fazem o líder ideal. Antonio Maximiliano Ceretta, então diretor da Rádio Difusora, em uma palestra, fala sobre o funcionamento de grupos de trabalho. Todos esses aspectos foram também tratados no período da tarde com ênfase ao desenvolvimento de um espírito comunitário.

Grande movimentação em torno da realização do 1º encontro das lideranças rurais do município de Marechal Cândido Rondon [...]. Os debates estiveram girando em torno dos problemas sentidos nas comunidades e possíveis meios de resolução (LÍDERES, 1969).

É necessário lembrar que a atuação da ACARPA toma corpo a partir do “Plano Regional de Trabalho da ACARPA para 1972”, conforme a pretensão do plano que era a de abranger e identificar os pontos, onde não havia ainda um efetivo desenvolvimento com base no modelo tecnificado. Na íntegra, este era “um plano elaborado no contexto desenvolvimentista que a região vem alcançando [...]. Pelo esforço despendido por homens que consagram o tempo, força e inteligência na

criação de uma civilização solidária”. A partir da citação, transparece a leitura que era feita, pois o agricultor era quem deveria alavancar os esforços para que o plano desse certo.

Plano Regional de Trabalho da ACARPA para 1972, plano este que estará sendo desenvolvido em nove municípios do Oeste paranaense. Estarão reunidos neste documento [...] elementos que permitirão antever os pontos de estrangulamento da comunidade rurícola Oestina e como conseqüência um plano elaborado no contexto desenvolvimentista que a região vem alcançando [...] pelo esforço despendido por homens que consagram o tempo, força e inteligência na criação de uma civilização solidária (FRENTE, 1972).

Em uma versão crítica, uma das falas do extensionista afirma que o Programa de Garantia da Atividade Agrária – PROAGRO era muito mais uma garantia para os bancos que cobravam do governo e repassavam ao agricultor apenas “as sobras”.

O governo criou o PROAGRO, era um programa de garantia, mais esse PROAGRO só saiu porque ele era uma garantia para os bancos. O PROAGRO não era nada bom para o agricultor. Em primeiro plano, o PROAGRO era bom para banco, porque você tinha que fazer uma avaliação se aquele problema foi do agricultor ou foi de uma intempérie. O agricultor que pagou o [...] Crédito Rural daí já era obrigatório fazer PROAGRO senão não tinha crédito, né. Então o PROAGRO era uma garantia para o banco de se acontecer alguma coisa irregular com o agricultor, o banco era ressarcido do empréstimo que o agricultor tinha feito e só depois, se sobrasse alguma coisa, reverteria para o agricultor (H, 05 mar. 2001).

Sendo assim, uma solução adotada para incentivar o cultivo de trigo foi o PROAGRO⁴, seguro fornecido pelo governo e ferramenta utilizada na cobertura necessária para casos de frustrações de safra. Os argumentos eram poderosos, pois mencionavam a frustração de duas safras anteriores, reforçando, assim, a necessidade deste tipo de garantia

⁴ Tendo em vista a estruturação do PROAGRO, esta se consolida por intermédio da ação da ACARPA: “Em 1975 a ACARPA iniciou seus trabalhos com o PROAGRO sendo, por dez anos, a única empresa credenciada pelo Banco Central para a elaboração das perícias. No ano seguinte foi implantado o Programa Nacional de Conservação de Solos, reconhecido mundialmente como um importante programa de preservação ambiental” (EMATER. Folheto).

contratual, visando o futuro aumento do cultivo e, conseqüentemente, da produção de trigo.

Os triticultores terão os benefícios do PROAGRO, embora já tenham perdido a safra por duas vezes consecutivas. A notícia foi dada a conhecer ontem em conversa que mantivemos com o gerente do Banco do Brasil Sr. José dos Santos. Dessa forma, é um incentivo à mais aos que já plantaram ou aos futuros plantadores de trigo para a safra deste ano. O que pretende o governo é dar amplas condições aos triticultores de ampliar a capacidade de produção devidamente cobertados em casos de uma frustração. Com o incentivo que se dá nesse setor [...] se espera uma excelente produção com o aumento de área plantada e um produto de maior qualidade (PROAGRO, 1977).

Entretanto, aos poucos, as solicitações do seguro foram sendo dificultadas, devido à exigência de vistorias por parte dos técnicos do governo. Tal sistemática “favorecia os produtores que utilizavam tecnologias mais modernas e as exigências técnicas para obter o PROAGRO eram então mantidas” (KAGEYAMA, 1987, p.63).

Em documento enviado à Rádio Difusora pelo Programa Cooperativo de Extensão Rural da ACARPA, tratando do esclarecimento em torno do referido seguro, foi dada resposta aos questionamentos feitos por alguns agricultores. Na ocasião, eram os representantes da ACARPA que executavam as vistorias. Assim, foram elencados os seguintes passos a serem seguidos pelos agricultores: o pedido do seguro deveria ser feito junto à cooperativa ou banco, isso caso houvesse perda significativa da plantação; a área atingida com prejuízos significativos deveria ser assim declarada antes da colheita. Caso esta declaração fosse feita após a colheita, o agricultor perderia o direito ao seguro, ficando com a responsabilidade das dívidas.

A ACARPA [...] entidade encarregada de fazer as vistorias do PROAGRO, tendo em vista a série de acontecimentos desfavoráveis, às dúvidas persistentes de muitos agricultores e o comportamento precipitado de alguns deles, vem de público esclarecer, para o bem de todos, os seguintes:

- 1º) O agricultor só deve declarar ocorrência ao PROAGRO, junto aos bancos ou cooperativa em caso de perda real, que o impossibilite de pagar o custeio.
- 2º) Esta declaração deve ser feita, e só nessa condição será aceita, se a declaração for feita antes da área prejudicada ter sido colhida.
- 3º) Declarações ao PROAGRO com áreas já colhidas implicarão em

prejuízos talvez ainda maiores para o próprio agricultor, de vez que está sujeito a pagar todas as despesas de vistoria, além de sanções previstas em Lei.

4º) A ACARPA recomenda expressamente a todos os agricultores o devido cuidado e a máxima diligência ao encaminhar seus pedidos de PROAGRO, jamais solicitando tais pedidos em áreas já colhidas (PROAGRO – ESCLARECIMENTO, 1977).

Em todo o Paraná surgiram vários protestos de agricultores com relação às normas acima descritas, aos preços dos produtos agrícolas praticados no mercado, bem como em relação aos rumos tomados pelo PROAGRO.

Com base nessas contradições e a partir das condições políticas de fins da década de 70, multiplicaram-se no Paraná as mobilizações de produtores rurais de cada segmento específico de produção (greve dos suinocultores, movimentos dos sojicultores, dos fumicultores, etc.), ou contra condições mais gerais da política agrícola (PROAGRO, juros bancários, etc.). Embora aglutinando pequenos, médios e grandes produtores, pode-se dizer que esses movimentos iniciais tiveram uma participação decisiva, inclusive a nível de organização dos pequenos produtores (BONIN, FERREIRA e GERMER, 1991:122).

Como pode ser observado em documento direcionado aos agricultores pelo Banco do Brasil S.A., divulgado pela Rádio Difusora, os agricultores foram informados de que os atingidos pelas frustrações só seriam atendidos pelo crédito especial, caso encaminhassem suas propostas com antecedência. O comunicado revela a trama burocrática que envolve o pagamento do benefício.

O não pagamento do PROAGRO [...] se dá com a verificação de já haver sido iniciada a colheita e, para que não se enganem os agricultores, a importância está numa verificação prévia e a realização do laudo do PROAGRO antes de mexer na lavoura (COMUNICAÇÃO, 1978)

Os bastidores revelam a adoção de medidas estudadas para solucionar ou amenizar os problemas advindos da modernização, o que reflete na estrutura das pequenas propriedades do município.

Considerações Finais

Enfim, o rádio é o elo comunicador de massa, recurso explorado para levar ao campo os planos e modelos das indústrias. O rádio serve então como veículo que propaga vínculos solidários com a comunidade através da informação e formação da opinião pública.

O rádio aparece assim como centro irradiador de interesses interligados: as indústrias, as instituições bancárias, as autoridades governamentais e órgãos ligados à Secretaria da Agricultura utilizam-se deste meio de comunicação para alcançarem seus objetivos. Dessa forma, identificou-se, com precisão, na manchete “A Visita do Supervisor da ACARPA”, a relação entre a Secretaria da Agricultura e a emissora de rádio: “O Dr. Edison veio também para agradecer a colaboração prestada pela nossa emissora ao seu serviço, que visa maiores promoções agrícolas para a nossa gente” (VISITA, 1968).

O processo da mecanização no campo contou com as “bençãos” do governo brasileiro, tendo em vista um acordo com empresas multinacionais, orientando a produção em escala avançada através do uso de maquinários que passaram a realizar o trabalho de vários homens, o que, por sua vez, foi a vertente propulsora da exclusão de inúmeros agricultores. As cooperativas e a ACARPA, por intermédio de atividades junto as propriedades rurais, sedimentaram o processo modernizante, pois estas desenvolviam vários programas destinados ao estímulo da produtividade e a incorporação de produtos industrializados.

De tudo isso se conclui, portanto, que o impacto da modernização-relâmpago ocorrida no município deixou suas cicatrizes no solo, provocadas pela retirada violenta da mata e o uso de equipamentos sem orientação adequada, ocasionando um impacto ambiental cujas conseqüências estão acumuladas no leito dos rios. Só mais tarde, surgiram políticas preocupadas com a conservação do solo.

A distribuição dos créditos subsidiados, em tese, fez parte de políticas governamentais objetivando acelerar a presença de máquinas e insumos no campo como também redimensionar o dinheiro para a indústria. A adoção desse modelo cercou de problemas muitos agricultores que, atropelados pelas altas e baixas dos preços agrícolas e as dívidas nos bancos, acabavam perdendo sua propriedade, sendo obrigados então a sair em busca de novas fronteiras agrícolas ou retirar-se para os espaços urbanos. Este processo pode ser constatado no município de Marechal Cândido Rondon, já que muitos agricultores que não se

adaptaram ao novo modelo, venderam suas propriedades e migraram.

Assim, os problemas surgidos com a mecanização agrícola afetaram as pequenas e médias propriedades agrícolas e passam a ocupar o cenário das preocupações dos produtores, cooperativas, técnicos, agrônomos e sindicatos que, em conjunto, buscam alternativas para a situação, muitas vezes pautadas na diversificação da produção. Isto sinaliza para a idéia de que a especialização e a produção para exportação provocaram estragos irreparáveis nas pequenas e médias propriedades.

Fontes

- A. *Entrevista concedida a Marli Terezinha Szumilo Schlosser*. Marechal Cândido Rondon, 19 fev. 1996.
- ACARPA informa sobre financiamento. *Frente Ampla de Notícias*, v. 7 Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 25 out. 1969 a 31 dez. 1969. Programa de rádio.
- ACARPA nos envia relatório. *Frente Ampla de Notícias*, v. 5 Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 15 out. 1968 a 20 mar. 1969. Programa de rádio.
- ACARPA. *Metodologia complexa*. [Curitiba] : Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, 1976.
- ACARPA. *Vídeo educativo rural : o que é? Para onde vai?.* [Curitiba] : Departamento de Apoio Estratégico, 1983.
- AGRICULTORES recebem empréstimos. *Frente Ampla de Notícias*, v. 2. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 11 mar 1967 a 10 jul 1967. Programa de rádio.
- AVISO do Banco do Brasil aos tricultores. *Frente Ampla de Notícias*, v. 5 Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 15 out. 1968 a 20 mar. 1969. Programa de rádio.
- AVISO importante da ACARPA. *Frente Ampla de Notícias*, v. 5 Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 15 out. 1968 a 20 mar. 1969. Programa de rádio.
- BANCO do Brasil em nosso noticiário. *Frente Ampla de Notícias*, v. 2 Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 11 mar. 1967 a 10 fev 1967. Programa de rádio.
- CHUVA de granizo de Dois Irmãos e arredores. *Frente Ampla de Notícias*, v. 1 Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 14 nov. 1966 a 28 fev 1967. Programa de rádio.
- COLHETADEIRAS virão ao Paraná. *Frente Ampla de Notícias*, v. 9. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 20 maio 1970 a 30 set. 1970. Programa de rádio.

- COMUNICAÇÃO ao PROAGRO deve ser feita com antecedências. *Frente Ampla de Notícias*, v. 41 Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 16 jan. 1978 a 23 fev. 1978. Programa de rádio.
- CONVENÇÃO das indústrias oleaginosas. *Frente Ampla de Notícias*, v. 4 Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 12 mar. 1968 a 29 maio 1968. Programa de rádio.
- EMATER. *EMATER: uma estrada rumo ao futuro há 44 ANOS na direção certa*. Panfleto
- EMATER. *Relatório de atividades 1996*. Curitiba, 1997.
- F. *Entrevista concedida a Marli Terezinha Szumilo Schlosser*. Marechal Cândido Rondon, 05 mar. 1996.
- FRENTE Ampla de Notícias, v. 15. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 18 fev. 1972 a 17 jun. 1972. Programa de rádio.
- FRENTE Ampla de Notícias, v. 5. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 15 out. 1968 a 20 mar. 1969. Programa de rádio.
- FRENTE Ampla de Notícias, v. 5. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 15 out. 1968 a 20 mar. 1969. Programa de rádio.
- FRENTE Ampla de Notícias, v. 6. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 21 mar 1969 a 23 ago 1969. Programa de rádio.
- H. *Entrevista concedida a Marli Terezinha Szumilo Schlosser*. Curitiba, 05 mar. 2001
- LIDERES rurais têm hoje o seu primeiro encontro. *Frente Ampla de Notícias*, v. 7 Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 25 ago. 1969 a 31 dez. 1969. Programa de rádio.
- MARANGON, Benito. *Constatação de mudanças resultantes da reflexão sobre modelos de comunicação, em relação aos níveis de participação dos agricultores envolvidos em estratégias de ação*. Belo Horizonte : EMATER-MG, 1980. (Comunicação, 1).
- MECANIZAÇÃO da lavoura é um fato. *Frente Ampla de Notícias*, v. 6. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 21 mar 1969 a 23 ago 1969. Programa de rádio.
- NOVA reunião hoje é serviço para pessoal da ACARPA e sindicato. *Frente Ampla de Notícias*, v. 6 Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 21 mar. 1969 a 23 ago. 1969. Programa de rádio.
- OFÍCIO ao Exmo. Sr. Governador do Estado. *Frente Ampla de Notícias*, v. 1 Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 14 nov. 1966 a 28 fev 1967. Programa de rádio.
- PROAGRO – esclarecimento necessário. *Frente Ampla de Notícias*, v. 37 Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 28 jul. 1977 a 10 set. 1977. Programa de rádio.
- PROAGRO, uma ajuda aos triticultores. *Frente Ampla de Notícias*, v. 33 Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 01 mar. 1977 a 31 mar. 1977. Programa de rádio.
- REUNIÃO entusiástica foi realizada em Porto Mendes. *Frente Ampla de Notícias*,

v. 6 Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 21 mar. 1969 a 23 ago, 1969. Programa de rádio.

REUNIÃO para hoje. *Frente Ampla de Notícias*, v. 5 Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 15 out. 1968 a 20 mar. 1969. Programa de rádio.

REUNIÃO sobre crédito rural. *Frente Ampla de Notícias*, v. 5 Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 15 out. 1968 a 20 mar. 1969. Programa de rádio.

SOLUCIONANDO o caso da Ciroso. *Frente Ampla de Notícias*, v. 3 Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 12 jul. 1967 a 11 mar. 1967. Programa de rádio.

VISITA do supervisor da ACARPA. *Frente Ampla de Notícias*, v. 4 Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 12 mar. 1968 a 29 maio 1968. Programa de rádio.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. *Agricultura e capitalismo*. São Paulo : Ed. Ciências Humanas, 1979.

BONIN, Anamaria Aimoré; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; GERMER, Claus Magno. A luta pela terra no Paraná recente. In: PAZ, Francisco (org.) *Cenários de economia e política* : Paraná. Curitiba : Prephacio, 1991, p. 119-143.

BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da agricultura no planalto gaúcho*. Ijuí : FIDENE, 1983.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. *Modernização tecnológica da agricultura : contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70*. Curitiba : Liv. Chain, 1988.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Paixão da terra : ensaios críticos de ecologia e geografia*. Rio de Janeiro : Socii, 1984.

KAGEYAMA, Angela (coord.) *O novo padrão agrícola brasileiro : do complexo rural aos complexos agroindustriais*. S. l : s. ed., 1987.

MARTINE, George. *Fases e faces da modernização agrícola brasileira*. Brasília : IPEA, 1989. (Textos para Discussão, n. 15)

PASTORE, José; ALVES, Eliseu R. A. A reforma do sistema brasileiro de pesquisa agrícola. In: CONTADOR, Cláudio Roberto (Ed.) *Tecnologia e desenvolvimento agrícola*. Rio de Janeiro : IPEA/INPES, 1975. p. 111-129.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Produtor e agroindústria : consensos e dissensos : o caso de Santa Catarina*. Florianópolis : Editora UFSC, 1990.

RIZZI, Aldair Tarcísio. Integração na avicultura no Sudoeste Paraense : um caso de subordinação dos pequenos produtores ao capital industrial. *História : Questões & Debates*, Curitiba, v. 5, n. 9, p. 199-231, dez. 1984.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa : estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro : Zahar, 1982.

THOMAZ JÚNIOR, A. A Geografia do Mundo do Trabalho na Viragem do Século XXI. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO (4. : 2003 : Havana). *Anais ...* Havana, 2003c. (no prelo). 17p.

_____. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da “leitura” geográfica. *Ciência Geográfica*, v. 9, n. 1, jan./abr., 2002. AGB/Bauru. Bauru, 2003a.

_____. O trabalho como elemento fundante para compreensão do campo no Brasil. *Revista de Geografia*, ano 9, n. 17, jan./junho, 2003. AGB/Dourados. Dourados: Editora da UFMS, 2003b.

_____. *Por trás dos canaviais os nós da cana*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002b.

_____. Por uma geografia do trabalho! *Pegada*, v.3, número especial, agosto de 2002, Presidente Prudente, CEGeT, 2002a.

_____. Desenho social dos sem terra no Brasil. *Revista Abra*, Campinas, v.28, n.25, op.31-46, 2001.

_____. Território em transe. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PERSPECTIVAS DE DESARROLLO EN IBEROAMÉRICA : 1. : 1999 : Santiago de Compostela. *Actas...* Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1999.

_____. *Gestão e ordenamento territorial da sociedade* : inserção e “leituras” dos atores sociais (uma contribuição ao debate).

